



INFORMATIVO DE WASHINGTON



Autorização da TPA e o debate sobre a estratégia de política comercial dos EUA

Após aprovação no Senado, o projeto de lei que renova a TPA (*Trade Promotion Authority*) entra em discussão na Câmara de Representantes, onde se espera que a votação ocorra até a semana de 15 de junho. Uma contagem informal de votos realizada, indica apoio de 200 republicanos e cerca de 20 democratas à aprovação do *fast-track*. São necessários 217 votos para aprovação do projeto.

O texto da TPA chega na Câmara com inclusão de disposições que renovam também a *Trade Adjustment Assistance (TAA)*, atendendo a demanda democrata de ampliação do subsídio aos trabalhadores afetados pela abertura comercial. Outros temas da pauta de comércio que estão na Câmara – e que servem como “iscas” para o partido democrata apoiar a TPA –, são a renovação das preferências unilaterais, incluindo o SGP e o projeto *Trade Facilitation and Trade Enforcement*

Act of 2015, que atualiza uma série de procedimentos aduaneiros e atende a demandas protecionistas de alguns setores nos EUA, como o siderúrgico.

Em paralelo, o debate público ganha força na mídia e entre formadores de opinião. No dia 21 de maio, o CRS (*Congressional Research Service*) publicou estudo sobre a contribuição econômica dos acordos de livre comércio dos Estados Unidos. A análise defende que os benefícios econômicos dos acordos vão além do incremento da balança comercial, uma vez que contribuem para inserção do país nas cadeias globais de valor e para a harmonização de regras de comércio.

Em encontro do G7, líderes se comprometem a avançar nas negociações da T-TIP

Os países do G7 que participam das negociações da Parceria Transatlântica sobre Comércio e Investimentos (T-TIP) se comprometeram a acelerar as negociações com o objetivo de finalizar entendimentos sobre as modalidades do acordo até o final deste ano. Os líderes do G7 se reuniram em Cúpula realizada nos dias 7 e 8 de junho, na Alemanha. O encontro reuniu Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos.

Na declaração, os Estados Unidos e demais países do G7 também prometeram avançar na agenda multilateral de comércio. Destacam que o foco dos

trabalhos em 2015 é a entrada em vigor do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC firmado no final de 2013 em Bali, buscando ratificá-lo antes da 10ª Reunião Ministerial da OMC, que ocorrerá em dezembro deste ano, em Nairóbi, no Quênia.

O compromisso do governo americano com o avanço dos acordos comerciais, sobretudo a T-TIP e a Parceria Transpacífico (TPP), ocorrem em meio à discussão sobre a aprovação da TPA no Congresso.

Comissão do Congresso americano publica análise da estratégia comercial chinesa

A Comissão de Análise Econômica e de Segurança EUA-China divulgou, no dia 28 de maio, uma análise da estratégia e objetivos das parcerias comerciais firmadas pela China. O relatório mostra que apesar de ter assinado diversos acordos com economias menores até 2013, a China firmou seus primeiros acordos comerciais com economias desenvolvidas – como Islândia, Suíça e Austrália – a partir de 2014. A análise menciona também acordos em negociação com Japão e Coreia do Sul, além de acordos regionais com outros parceiros na Ásia.

O formato dos acordos analisados demonstra que a China não possui um padrão de modalidades ou estrutura de regras para acordos de comércio. Alguns parecem mais generosos com seus parceiros e outros mais agressivos em termos de acesso a mercados e proteção à indústria local chinesa. Em relação à serviços e investimentos, os acordos de comércio da China se assemelham aos padrões dos EUA e, no geral, apresentam grau de ambição superior aos de outras economias emergentes como Índia e Brasil.

O relatório na íntegra pode ser acessado em: [“China’s Trade Ambitions: Strategy and Objectives behind China’s Pursuit of Free Trade Agreements”](#).

Futuro do Ex-Im Bank nas mãos do Congresso

A renovação da autoridade do *Export Import Bank (Ex-Im Bank)* dos Estados Unidos para conceder créditos às exportações é uma das principais pautas do Congresso neste mês. A autorização do Ex-Im Bank vence no próximo dia 30 de junho e o debate sobre o subsídio concedido pelo banco às grandes corporações, como a fabricante de aeronaves Boeing, está no centro das discussões.

Apesar de se opor à renovação da autorização do Ex-Im Bank, o líder da maioria republicana no Senado, Senador Mitch McConnell (R-KY), concordou em colocar o projeto de lei *Export-Import Bank Reform and Reauthorization Act of 2015 (S. 819)* em discussão em junho.

Na Câmara de representantes, o líder do Comitê de Finanças declarou que não há apoio suficiente para aprovação de nova autorização ao banco. No entanto, quando a autorização do Ex-Im Bank foi renovada pela última vez, em 2012, o pleito teve apoio de 147 republicanos. Deste grupo, cerca de 90 congressistas fazem parte do atual Congresso.

A direção dos debates na Câmara ainda não está clara, visto que há diversas opções na mesa de negociação. Uma delas é um projeto republicano que pretende autorizar o funcionamento do banco, mas reduzir seus recursos em US\$ 10 bilhões e dificultar o processo de autorização de pedidos de crédito.

O debate nas duas casas é pressionado por acordos que somam US\$18 bilhões, atualmente na fila para aprovação do Ex-Im Bank. Lobbies do setor privado, como a *U.S. Chamber of Commerce* e a coalizão *Business Roundtable*, tem pressionado pela renovação de sua autorização. Outros grupos, como o *Heritage Action for America* e o *Club for Growth*, pressionam os congressistas republicanos a deixarem expirar a autorização.

Com a aproximação do prazo de 30 de junho, as coalizões que apoiam a reautorização do Ex-Im Bank tentam inserir a renovação do mandato do banco em um projeto de lei sobre transportes que tramita no Senado. Essa estratégia forçaria aprovação do projeto de lei pelo Senado, deixando para a Câmara de Representantes o ônus de tomar a decisão sobre o futuro do Ex-Im Bank. Segundo analistas, se o prazo de renovação da autorização do banco expirar em junho, poderá se tornar mais difícil ainda debater e aprovar um projeto de lei para uma nova autorização ao banco.

Renováveis: novos tetos de produção de etanol decepcionam o setor

Após meses de atraso, a Agência de Proteção Ambiental (EPA) publicou as novas Obrigações sobre Volumes de Renováveis (RVOs), que incluem etanol e biodiesel, no âmbito do *Renewable Fuel Standards (RFS)*. As novas RVOs, que orientam as quantidades de combustíveis renováveis que devem ser disponibilizadas no mercado americano, foram estabelecidas pela nova regulamentação da EPA, em patamar abaixo do previsto na lei aprovada pelo Congresso ano passado, o que decepcionou os produtores americanos. Para os anos de 2014, 2015 e 2016, os RVOs totais para combustíveis renováveis foram fixados em 15.9, 16.3 e 17.4 bilhões de galões, respectivamente.

Na última semana, a Administração Obama buscou acalmar as demandas do setor prometendo liberar incentivos de até US\$ 100 milhões para os estados, com objetivo de apoiar a expansão de postos de abastecimento de biocombustíveis. A falta de infraestrutura de distribuição dos combustíveis renováveis ainda se apresenta como um desafio para a expansão do setor nos EUA.

Para detalhes sobre as novas RVOs, acesse o link: [EPA Renewable Fuel Standards](#)

Químicos: a reforma da TSCA avança na Câmara

A reforma da principal lei que controla substâncias químicas nos EUA (*Toxic Substances Control Act - TSCA*) - avança na Câmara de Representantes. O Comitê de Energia e Comércio aprovou na última semana projeto de lei que atualiza a TSCA. Alguns estados americanos tem demonstrado preocupação com a possível perda de autonomia de órgãos estaduais em relação a Agência de Proteção Ambiental (EPA). O debate na plenária da Câmara deve ocorrer até 22 de junho.

A reforma da TSCA tem forte impacto nas empresas que produzem, utilizam ou comercializam produtos químicos nos EUA. A TSCA orienta a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) a regulamentar os procedimentos de segurança que devem ser seguidos pelo setor. O foco da atualização dessa legislação, vigente desde 1976, inclui: a priorização para avaliação de risco de substâncias químicas, limites regulatórios que a EPA deve obedecer na restrição de substâncias químicas, autoridade da EPA (em

relação aos órgãos estaduais) para requerer informações adicionais sobre as substâncias em avaliação, precedência das regulamentações estaduais sobre as regulamentações da EPA, regras de proteção às informações enviadas à EPA e os recursos da EPA disponíveis para implantar as disposições da nova lei.

O excesso de burocracia, a sobreposição e falta de harmonização das legislações estaduais são os principais motivadores da reforma. Projeto na íntegra pode ser acessado no link: [H.R. 2576](#)



USDA lança sistema de apoio aos exportadores agrícolas dos EUA

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) lançou novo sistema que conectará os exportadores de alimentos e produtos agrícolas às oportunidades de negócios em outros países. O sistema intitulado *Trade Lead System* direcionará empresas de pequeno, médio e grande porte, apresentando informações sobre os produtos mais procurados em outros mercados no momento da consulta. Mais informações: [Trade Lead System](#)

Agência de Informação Energética (EIA) analisa estratégia de redução de emissões da Agência de Proteção Ambiental (EPA)

A EIA publicou relatório que simula o impacto do Plano de Energia Limpa (*Clean Power Plan*), proposto em 2014 pela EPA, com objetivo de implantar o *Clean Air Act*, legislação dos EUA para endereçar as questões sobre mudança do clima. Íntegra do relatório: [Analysis of the Impact of the Clean Power Plan](#)